

A CIDADE AQUI TÃO PERTO: contributos para um debate de justiça social e espacial¹

The city here so close: contributions for a debate on social and spatial justice

Teresa Sá Marques²
Paula Guerra³
Fátima Loureiro de Matos²
Diogo Ribeiro²

Resumo

Numa época de mudança acelerada e numa sociedade em crise emergem uma diversidade de situações, desde a perda de emprego, a solidão e o isolamento, a perda do controlo das rotinas da vida quotidiana, a distribuição de recursos cada vez mais desigual, os níveis de acessibilidade diferenciada aos equipamentos e serviços e à participação nas decisões colectivas. Os impactos das mudanças e as consequências da crise manifestam-se de diferentes formas em termos objetivos e subjectivos nos quotidianos das populações. Neste sentido, a justiça social tem diferentes dimensões em termos qualitativas e quantitativas. Assim, neste artigo, propomos uma análise qualitativa, à escala do Grande Porto, com base num inquérito por questionário a aproximadamente 700 habitantes. O que está aqui em causa é perceber como é representado e vivido o quotidiano de apropriações de espaços, de bens e de amenidades urbanas dos residentes na AMP, primeiro passo para a operacionalização da justiça espacial.

Palavras - chave: Coesão Social. Coesão Territorial. Justiça Espacial. Grande Porto

Abstract

In a time of accelerated changes, and a society in which crisis emerge in diverse situations (be it unemployment, solitude, isolation, loss of control over daily routines), the distribution of resources is progressively more unequal. The levels of differential access to equipments and services have led to complex inequalities in what concerns collective decisions. The impacts of these changes and the consequences of the crisis have manifested in different forms, in both objective and subjective terms to the populations daily lives. In this sense, social equality has different shapes and sizes, in qualitative and quantitative terms. Therefore, in this article,

¹ Nota: este texto foi feito no âmbito do Projeto *Consumo, Lazer e Qualidade de Vida* (FLUP, 2013).

² Departamento de Geografia/Faculdade de Letras, Universidade do Porto, CEGOT

³ Departamento de Sociologia/ Faculdade de Letras, Universidade do Porto, IS-UP, CEGOT, GCCR

we propose a qualitative analysis, on the scale of the Great Porto region, based on a survey to approximately 700 inhabitants. What is here at stake is understanding how the daily appropriation of urban spaces, goods and amenities is represented and lived by the residents of the AMP - the first step for the operating of spatial justice.

Key words: Social Cohesion. Territorial Cohesion. Spatial Justice. Metropolitan Area of Porto.

Uma abordagem da coesão social e espacial

Numa época de mudança acelerada, numa sociedade em que o medo ressurgiu com uma diversidade de facetas, da solidão, do isolamento, da perda de emprego, da distribuição de recursos cada vez mais desigual, da perda do controlo das circunstâncias e rotinas da vida quotidiana, impõe-se a necessidade de uma análise fundamentada da coesão territorial e da justiça social. Assim, neste texto, propomos uma análise introdutória da coesão económica e social, à escala do Grande Porto, com base num inquérito por questionário a aproximadamente 700 habitantes desse espaço territorial. O que está aqui em causa é perceber como é representado e vivido o território, implícito na noção de coesão territorial. Coesão territorial implica uma utilização relativamente equilibrada dos recursos, beneficiando a qualidade de vida e o ambiente e permitindo ganhos económicos (graças a uma menor congestão). O novo milénio trouxe consigo a inclusão social enquanto resposta e não alternativa à exclusão e rumo à coesão territorial. A inclusão social reflete uma aproximação dinâmica (proactiva) ao bem-estar, implicando muito mais do que quebrar barreiras, pois requer investimentos e *capabilities* para potenciar e desenhar condições para a inclusão, num esforço holístico por parte dos atores sociais e sociedades (GUERRA, 2012a). O conceito de justiça incorpora uma componente prática de projeto ou processo em construção que segundo Brawley passa pela denúncia das desigualdades espaciais e sociais e do uso ilegítimo do poder estatal e económico em variados aspetos da vida coletiva como a segregação crescente, a vigilância urbana, a aquisição privada de infraestruturas públicas, a crescente militarização de fronteiras nacionais e municipais, a falta de mobilidade dos cidadãos (BRET, 2009; BRAWLEY, 2009, p. 27).

A noção de justiça espacial é entendida como a perspetiva integrada da justiça social e política numa determinada área geográfica. A aceção espacial permite-nos avaliar tanto os resultados dos sistemas de redistribuição, como os graus de acesso e participação nos processos de tomada de decisão, quer a nível quantitativo, quer qualitativo. Permite-nos,

ainda, transpor barreiras disciplinares e propor metodologias de promoção da justiça e da democracia. Analisando as realidades multiescalares a que vivemos, percebe-se claramente a causalidade espacial da justiça, nomeadamente quando existem pessoas que não têm capacidade de atuar sobre a variável espacial, ou de outro modo, obter espacialidades múltiplas e diversas consoantes as suas determinantes e necessidades (SOJA, 2009, p. 32-33).

Se observarmos a realidade da grande maioria dos países, vemos facilmente que a maximização da oferta de serviços mínimos não está a ser suficientemente eficiente no aumento da justiça social, e que estão longe de aumentar as possibilidades dos mais desfavorecidos.

A discussão da coesão social e territorial vai ser alimentada, neste âmbito, por duas linhas centrais de indicadores: os indicadores relativos ao consumo e aos lazeres e os indicadores relativos às amenidades urbanas. Trata-se de indicadores que remetem para dimensões de realização pessoal, de concretização simbólica, de pertença social e de bem-estar capazes de traduzir uma possibilidade de realização humana para além, da mera sobrevivência quotidiana. Da parte dos consumos e lazeres, assinalamos como importantes as seguintes dimensões: realização de férias e ocupação dos tempos livres; localização e proximidade espacial e relacional dos serviços médicos, de ensino, de cultura e de lazer; a localização das compras e a frequência de zonas de comércio tradicional ou de *centros comerciais* ou *outlets*; a frequência e acessibilidade de espaços verdes e equipamentos desportivos; a frequência e consumo de cinema e de salas de cinema, de bares, de restaurantes e de discotecas; entre outros. Do lado das representações das amenidades urbanas, interessou-nos perceber e medir o grau de satisfação com o local de residência no tocante à oferta de trabalho, aos espaços verdes, aos espaços públicos, à limpeza, à segurança, à saúde, à educação, aos serviços de apoio, ao comércio, ao desporto, à animação e cultura, à biblioteca, ao civismo, etc. Estes indicadores inserem-se, pois, na discussão tão presente da coesão social e territorial, mas também na charneira da justiça espacial.

O instrumento de informação utilizado foi um inquérito por questionário aplicado aos residentes do Grande Porto (o universo corresponde a 1 112 555 indivíduos). A amostra (691 questionários) tem uma margem de confiança de 99,7% para uma margem de erro de $\pm 5\%$ e foi segmentada tendo em consideração a distribuição por sexo, idades e níveis de escolaridade do Grande Porto. Neste momento, o levantamento está a ser implementado em áreas específicas da metrópole,

de forma a fornecer informação quantitativa e qualitativa mais precisa em termos sociais e territoriais e aumentar a margem de confiança da amostra.

Cidade, acessos distintos, vivências desiguais.

Um dado preliminar acerca da coesão social e espacial e que conjuga qualidade de vida, desenvolvimento social e mobilidade centra-se nas vivências das férias. Este dado é tão relevante para a temática em discussão neste texto, quanto relevamos que a quase maior parte das pessoas declaram passar férias no concelho de residência. Assim, para uma parte substancial dos habitantes da metrópole do Porto, as férias não equivalem a uma quebra de rotina social, vivencial e espacial, mas a uma continuidade e ainda mais, a certa ausência de mobilidade para fins de descanso, lúdicos e de tempo de não trabalho. As pessoas estão ‘fechadas’ num território muito circunscrito mesmo num período pressupostamente de maior liberdade espacial, longe das rotinas quotidianas impostas por locais de trabalho ou de estudo. Aqui surge uma primeira abordagem ao conceito de justiça espacial (GUERRA, 2012a).

Olhando agora para os concelhos onde os habitantes da metrópole procuram serviços, é importante relevar em primeiro lugar a omnipresença do Porto, pois lidera no recurso a serviços de saúde e de ensino e na atratividade em termos de locais de vivências urbanas (diurnas ou noturnas); esta polarização do Porto só é ligeiramente quebrada em alguns concelhos. Ora, temos assim, uma evidência de ‘domínio’, uma dominação espacial que é também simbólica. Essa titularidade também se verifica, ainda que em menor grau, nos consumos e compras, designadamente de vestuário, de electrodomésticos, de mobiliário, livros, filmes, jogos, etc.. Na alimentação, o concelho de residência é a preferência dominante. É sobre esta realidade, nomeadamente sobre as desigualdades em níveis de desenvolvimento, que importa agir no sentido da mudança, respeitando princípios universais de justiça.

Como dissemos, a noção de justiça espacial pressupõe uma avaliação dos sistemas de redistribuição, os graus de acesso, quer a nível quantitativo, quer qualitativo. Desta feita, a acessibilidade a serviços e a consumos básicos prefigura no Grande Porto um padrão de forte polarização da cidade do Porto, demonstrando que os espaços de acesso e de consumo estão longe de serem uniformes ou justos porque estão próximos da residência, pois assumem uma distribuição muito polarizada. Esta tendência é fortemente pronunciada no acesso aos serviços de cultura e de lazer, demonstrando bem a pujança da hierarquia metropolitana. Portanto, no tocante à distribuição dos recursos e à organização das atividades socioeconómicas de acordo

com critérios de eficácia (capacidade de atingir objetivos) e eficiência (capacidade de rentabilizar meios na prossecução de fins), fazendo com que a articulação entre estes critérios se adeque ao ideal de justiça (maximização das oportunidades de todos, privilegiando os mais desfavorecidos, no sentido de garantir a igualdade de oportunidades), estamos perante uma metrópole que não proporciona justiça para todos.

Merece a nossa atenção o comportamento da população relativamente aos consumos. Primeiramente, trata-se de uma população em que um pouco mais de 10% declara fazer compras *on line*. Desta feita, o espaço de liberdade da sociedade de informação do ponto de vista de acesso parece ser algo ainda muito distante destes atores. Por outro lado, dentro das actividades de consumo, a frequência de centros comerciais e *outlets* (Fig. 1) parece ser algo de muito importante no quotidiano vivencial destes indivíduos face à frequência de espaços verdes, de equipamentos desportivos ou mesmo de bares/restaurantes e discotecas. Assim, existe um acesso, mas só a modalidades muito massificadas de consumo (centros comerciais).

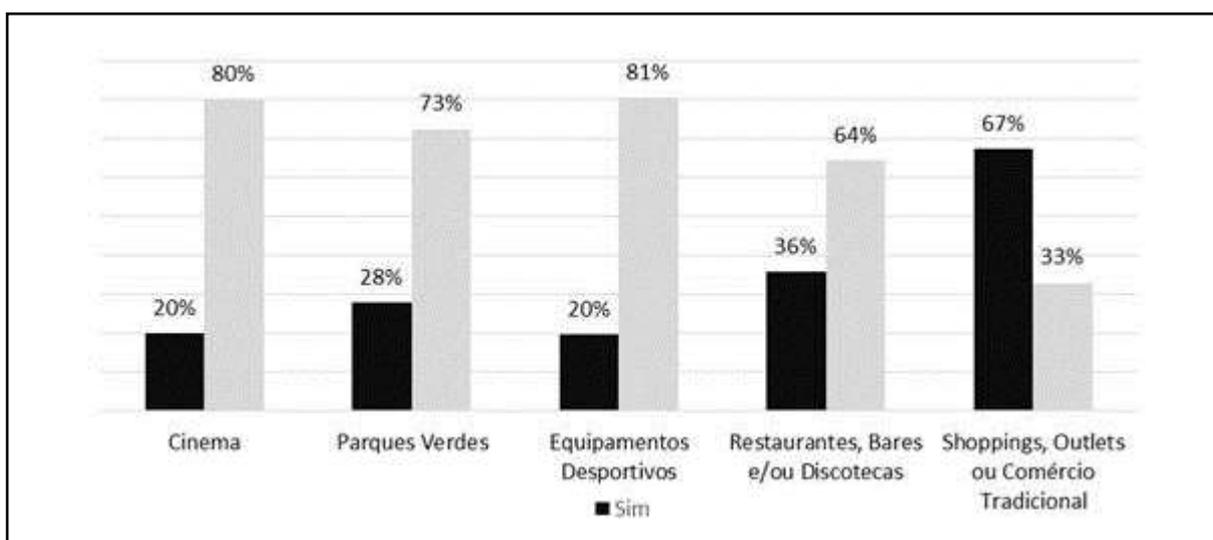


Figura 1: Atividades realizadas por parte dos inquiridos no último mês (%). Fonte: Projeto Consumo, Lazer e Qualidade de Vida, 2013, FLUP (em curso).

É claro que nos pautamos por uma visão da justiça como o garante da liberdade económica, social e política dos cidadãos e, da satisfação das mesmas como a realização plena do objetivo último do desenvolvimento - o bem-estar social. Mas tal não equivale a aceitar que a não frequência mais massiva de outros espaços de realização (cinema, desporto, espaços verdes, locais de lazer), para além dos meramente comerciais dependa exclusivamente do livre arbítrio, mas radica em condicionantes económicas e sociais de relevo.

Valerá aqui a pena lembrar que a abordagem da exclusão radica também numa primeira aproximação à analítica do capital social. Os excluídos serão, em última instância, os

que não têm direito a um rendimento, a um trabalho, a uma atividade econômica, à educação, à formação, à saúde, à habitação e à igualdade de oportunidades. As representações da exclusão social assentam em dois eixos de análise específicos. O primeiro situa as estruturas e os processos a um nível macro que determinam as oportunidades inscritas nos sistemas sociais e o outro eixo, a um nível das práticas e dos quadros de interação, que se prende com as capacidades das pessoas para aproveitarem as oportunidades (CAPUCHA, 2010). Claramente, os dados aqui apresentados se situam neste segundo nível.

A exclusão social difere do termo hegemônico de pobreza em três sustentáculos distintos. O primeiro move-se de uma análise estática para uma análise dinâmica, apreendendo os processos pelos quais os indivíduos e grupos se tornam excluídos. O segundo compreende a privação como multidimensional, envolvendo habitação, educação, rendimentos, emprego, saúde, fragmentação identitária, etc. O terceiro interpreta a privação e a pobreza como estando imbricadas com as relações sociais, rejeitando uma perspectiva atomística. Em muitas perspectivas, a exclusão social não se refere primordialmente à privação material, mas ao acesso e ao uso de um conjunto de serviços e participação societal. Ora, no nosso entendimento o universo de possíveis destas populações presente nas suas escolhas e representações corporiza-se no terceiro sustentáculo (GEDDES, 2000).

Amenidades urbanas e coesão social e territorial no jogo dos possíveis das representações sociais

Como temos vindo a referir, a justiça espacial, depende também das representações que os habitantes têm acerca do seu acesso e grau de satisfação em face de equipamentos, serviços, bens, lazeres na cidade. As dimensões mais importantes de intervenção ao nível dos sujeitos concentram-se: na garantia da segurança na sobrevivência quotidiana; na procura de um sentimento de pertença a uma comunidade; na potenciação de resiliência, confiança em si e capacidade de ação e na demanda da confiança nos outros e nas instituições. Dimensões essas, que vão desde uma esfera de direitos sociais mínimos (habitação, saúde, justiça), passando pelo sentimento de equidade nas oportunidades, a consolidação do capital social, a aquisição e treino de competências e capacidade de ação, até ao desenvolvimento do sentimento de pertença a redes (GUERRA, 2012).

Antes de avançarmos para a apresentação dos resultados globais para alguns dos indicadores referidos, um dado importante: quando inquiridos acerca dos seus níveis de qualidade de vida, os residentes do Grande Porto, de uma forma geral, demonstram bons

níveis de satisfação com a sua qualidade de vida (Fig. 2), pois 55,3% da população inquirida avalia a sua qualidade de vida numa escala de 1 a 10, entre 8 e 10. Devemos referir, que em plena crise económica é surpreendente.

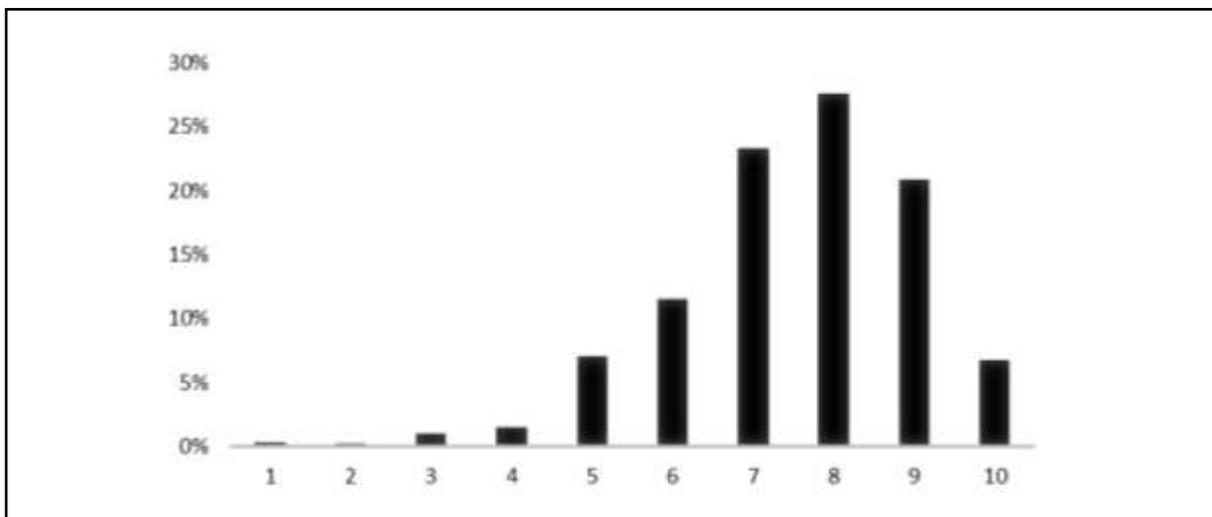


Figura 2: Níveis de satisfação relativamente à qualidade de vida - Fonte: Projeto *Consumo, Lazer e Qualidade de Vida*, 2013, FLUP (em curso).

Habitação e trabalho

A habitação é vivida e é nesta dimensão que se constrói a própria identidade dos indivíduos e das famílias e se desenvolvem as funções sociais. Por outro lado, o trabalho ocupa um lugar ou uma função central e determinante na realização individual e nas ligações sociais, sendo o desemprego um dos principais fatores de desintegração social e de desregulação individual (concorre para o isolamento, limita os relacionamentos sociais quotidianos e influencia a autoestima). Assim, a habitação e o trabalho são componentes essenciais para o desenvolvimento dos indivíduos e para a qualidade de vida. Como refere Isabel Martins (2011), as características objetivas do alojamento em que se reside condicionam fortemente o nível de bem-estar e a área residencial desempenha um papel crucial em termos de qualidade e oportunidades de vida. A satisfação com a habitação (MARQUES, 2004; MARTINS, 2011; GUERRA, 2002a) implicitamente incorpora a dotação de infraestruturas básicas (água canalizada, esgotos, banho, eletricidade), o estado de conservação do edifício, o espaço disponível e as condições de conforto. Os residentes do Grande Porto mostram uma clara satisfação relativamente às suas habitações e às áreas residenciais (Fig. 3 e 4). Mostram-se satisfeitos (Fig. 6) com a oferta de habitação local (79%), o estado de conservação dos edifícios (84%), o conforto térmico da habitação onde residem (85%), as relações de vizinhança (90%) e o ambiente social local (92%):

evidenciando assim, um sentimento de gosto face ao espaço habitado, muito importante para a sua realização pessoal e social e reforço identitário.

No contexto atual, o emprego é fundamental para garantir os recursos económicos da família e constitui uma proteção contra o risco de pobreza e um fator muito importante de integração na sociedade (Martins, 2011, p. 253). A satisfação com o emprego depende da acessibilidade dos indivíduos ao mercado de trabalho (dada a crescente instabilidade dos mercados laborais) e correlaciona-se também com a própria qualidade do emprego e o local de emprego (o próprio contexto de trabalho, nomeadamente, as possibilidades de progressão profissional, as oportunidades de aprendizagem, a satisfação pessoal e as gratificações).

Relativamente ao grau de satisfação quanto ao local de trabalho (Fig. 4), os resultados são díspares. Há graus claramente discrepantes, pois cerca de 15% dos inquiridos mostra uma clara insatisfação, pois estão sobretudo numa posição de desemprego, de emprego precário, ou reforma antecipada coerciva. Cerca de 52% mostram-se insatisfeitos com as oportunidades de trabalho existentes e 43% com os níveis de remuneração usufruídos através do trabalho (Fig. 6). É claramente o domínio que mais afeta a qualidade de vida e o bem-estar social dos residentes do Grande Porto.

Assim, genericamente, os inquiridos têm uma boa perceção dos locais de residência ou de fixação urbana (a residência como local de interiorização) e uma perceção pior dos locais de trabalho (os locais de inserção na cidade⁴). Assim, a metrópole enquanto espaço residencial está a cumprir satisfatoriamente as aspirações dos cidadãos metropolitanos, mas a metrópole enquanto espaço de trabalho mostra insatisfações muito claras para um número significativo de residentes.

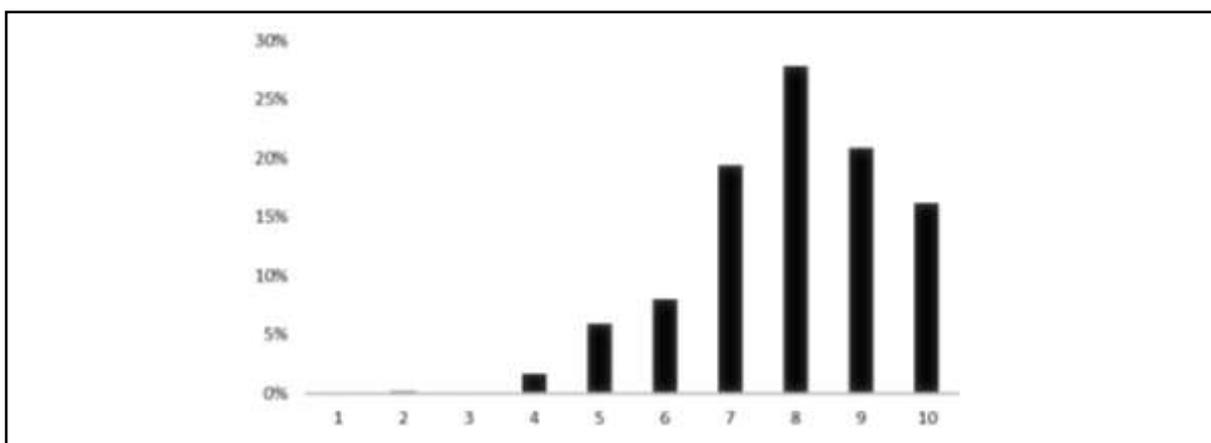


Figura 3: Níveis de satisfação relativamente à habitação. Fonte: Projeto *Consumo, Lazer e Qualidade de Vida*, 2013, FLUP (em curso).

⁴ O trabalho desencadeia movimentos urbanos quotidianos e inserções num espaço urbano mais alargado.

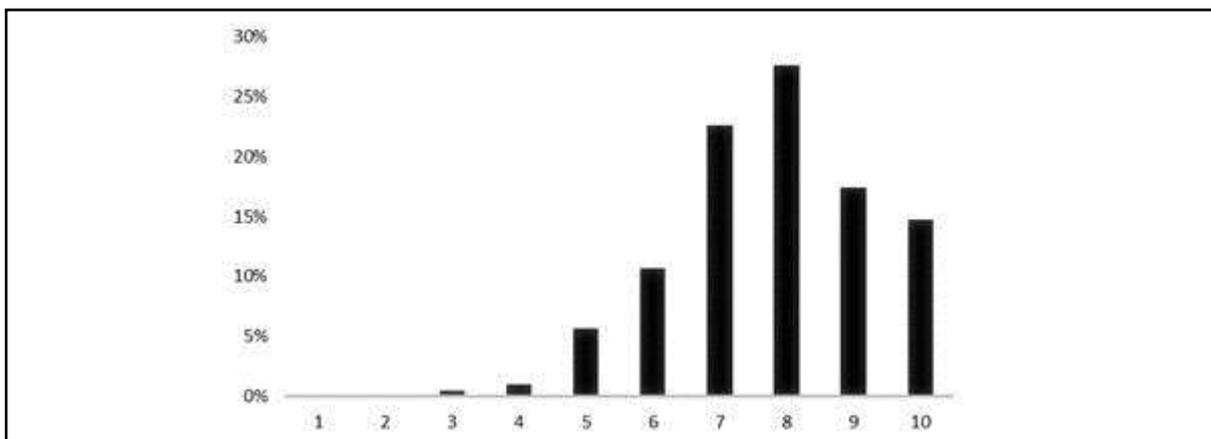


Figura 4: Níveis de satisfação com a área residencial. Fonte: Projeto *Consumo, Lazer e Qualidade de Vida*, 2013, FLUP (em curso).

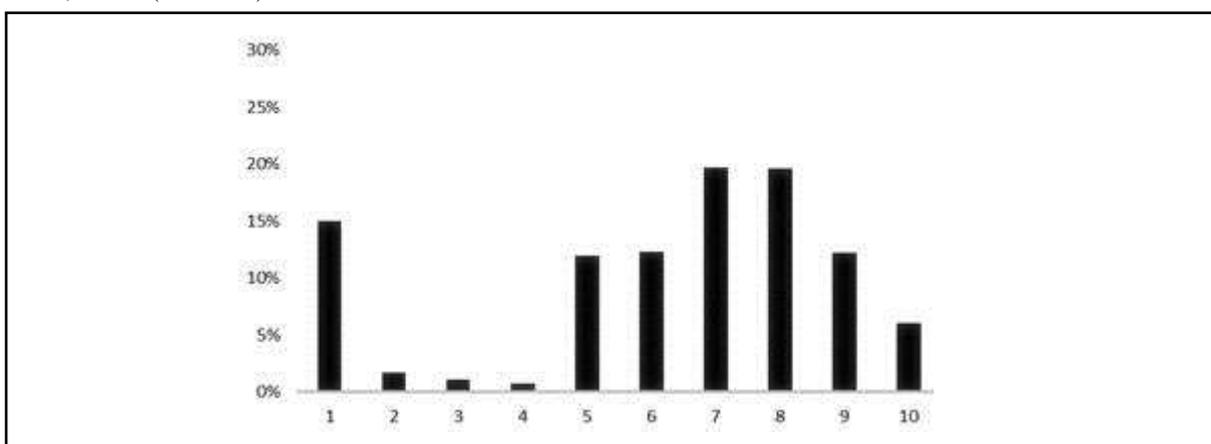


Figura 5: Nível de satisfação relativamente ao local de trabalho. Fonte: Projeto *Consumo, Lazer e Qualidade de Vida*, 2013, FLUP (em curso).

Amenidades ambientais e espaços públicos

A satisfação com as amenidades ambientais e os espaços públicos relaciona-se com as condições e os serviços que contribuem para uma cidade agradável e sustentável ambientalmente. Estes fatores podem condicionar a qualidade de vida dos cidadãos e o relacionamento dos indivíduos com o espaço urbano. A oferta de espaços verdes numa área urbana (jardins, parques e áreas naturais) proporciona espaços de usufruto e de lazer, que normalmente favorece a saúde e a convivência social. Por outro lado, são espaços que quebram ou rompem a malha urbana favorecendo as condições ambientais (qualidade do ar, clima urbano, permeabilização do solo, etc.) contribuindo desta forma para um quadro de vida urbano mais sustentável. A qualidade ambiental também depende da oferta de um conjunto de infraestruturas e serviços básicos, nomeadamente a recolha seletiva de resíduos, entre muitos outros (e outros ainda mais básicos, como a água). Os serviços e os níveis de qualidade da limpeza urbana contribuem não só para a salubridade, mas também para a imagem urbana e para a saúde pública em geral. Os níveis de poluição resultantes da atividade humana, quer

seja o ruído ou a qualidade do ar, podem interferir negativamente na qualidade de vida dos cidadãos e ter importantes impactos principalmente na saúde dos indivíduos.

O espaço público e a imagem urbana são também centrais nesta avaliação urbana. Os espaços públicos são os centros de convivência urbana e de fomento de relações sociais, logo condicionam a qualidade de vida urbana. A imagem urbana representa-se a partir de um quadro imagético e de valores de referência dos seus habitantes, que se vai construindo a partir das práticas sociais e das experiências quotidianas na metrópole. A satisfação com o espaço público e a imagem urbana passam também pelo estado de conservação dos edifícios e ruas e pela qualidade urbanística e ambiental dos espaços.

Os residentes do Grande Porto (Fig. 6) estão satisfeitos com os espaços verdes (81%), a recolha seletiva de resíduos (88%), os níveis de limpeza pública (86%) e os níveis de poluição existentes (81%). Os espaços públicos e a imagem urbana respondem eficazmente às suas necessidades e aspirações, pois 86% estão satisfeitos com os espaços públicos existentes e 84% com o estado de conservação dos edifícios. Algum desagrado manifesta-se relativamente ao estado de conservação das ruas (19% insatisfeitos) e a adequação dos espaços públicos ao desenvolvimento de atividades de lazer (17% insatisfeitos).

Equipamentos, serviços e comércio e mobilidade

A cidade, pela sua natureza, corporiza uma centralidade proporcionada pelos equipamentos, serviços e comércio fundamentais à mediação do bem-estar social e humano (Fig. 6). A satisfação com a oferta dos serviços de saúde remete para a prestação de cuidados de saúde imprescindíveis à sobrevivência e ao bem-estar dos indivíduos. Os serviços de educação condicionam o desenvolvimento social e económico e devem ajustar-se às dinâmicas urbanas, de forma a satisfazerem as necessidades dos indivíduos e reforçarem as suas liberdades de escolha. Os serviços de apoio social (creches, jardins-de-infância, lares e centros de dia) oferecem uma resposta às necessidades dos indivíduos (sobretudo às crianças, idosos e deficientes) e das famílias. Por outro lado, a oferta de comércio permite a satisfação de necessidades de consumo mais ou menos comuns. A oferta de equipamentos de animação desportiva possibilita a prática de diversas modalidades desportivas e a sua proximidade pode estimular a atividade física generalizada, contribuindo para a saúde e o recreio dos indivíduos. Os serviços de cultura e lazer contribuem para diversificar as oportunidades de ocupação dos tempos livres e de lazer e a oferta de bibliotecas e museus concorrem para a difusão cultural e do conhecimento.

Genericamente os níveis de satisfação dos residentes do Grande Porto em matéria de equipamentos, serviços e comércio são razoáveis, no entanto, tratando-se de serviços fundamentais os níveis de insatisfação devem merecer uma grande atenção. Em termos de serviços de saúde, ainda que os níveis de satisfação sejam altos (81%), existe ainda um número significativo de residentes que estão manifestamente insatisfeitos (18%). A insatisfação manifesta-se na oferta de serviços de apoio social (19% dos inquiridos), nos equipamentos de animação desportiva (18%) e na oferta de equipamentos culturais (32%) e de lazer (18%). O comércio atinge graus de satisfação mais altos (86%), ainda que 13% estejam insatisfeitos. Mas é claramente nos serviços de educação que os valores são melhores (cerca de 89% satisfeitos e só 7% insatisfeitos).

A acessibilidade física é central nos estudos de equidade e justiça espacial (Soja, 2010). No quotidiano dos indivíduos os transportes assumem um papel fundamental em termos de qualidade de vida, porque proporcionam uma melhor capacidade de deslocação dos indivíduos de casa para o trabalho-escola, ou para o usufruto de atividades de consumo, cultura e lazer. As necessidades de deslocação dos indivíduos têm vindo a aumentar e assiste-se a uma utilização massificada do automóvel, com consequências negativas em termos ambientais. Os residentes do Grande Porto estão genericamente muito satisfeitos com as facilidades de deslocação automóvel para o uso de transporte individual (90%). Os transportes públicos proporcionam a mobilidade coletiva dos cidadãos e interferem positivamente a nível ambiental. Com o crescimento urbano este domínio é cada vez mais importante pelos impactos que pode ter em termos de eficiência energética. No Grande Porto, 18% dos inquiridos estão insatisfeitos com os serviços de transportes públicos, mas em contrapartida 22% estão muito satisfeitos.

O exercício da cidadania e da governança

O exercício da cidadania e da governança pressupõe uma vivência em pleno da cidade. Em termos de cidadania é fundamental um clima de civismo, que favoreça um bem-estar social e uma boa convivência das pessoas. Embora as relações de vizinhança possam ser cada vez mais brandas, ter boas relações com os vizinhos pode contribuir para a satisfação residencial e para um primeiro patamar de governança local. Por outro lado, problemas de segurança e criminalidade podem condicionar ou mesmo comprometer a qualidade de vida em determinados contextos urbanos.

No Grande Porto, 21% dos residentes mostrou desinteresse e insatisfação relativamente à possibilidade de intervenção na vida política local (21% desinteresse e 26% insatisfação). Mas, em contrapartida mostram-se satisfeitos com a acessibilidade aos centros de decisão local (92%) e com o civismo das pessoas (92% satisfeitos). Com a segurança pública local, 85% estão satisfeitos, mas 16% manifestam insatisfação.

Como referimos à vivência em pleno da cidade apela a uma cidadania ativa, no entanto no Grande Porto há aparentemente uma fraca disponibilidade, pois os seus residentes não mostram interesse em exercer uma participação mais ativa e coparticipada, ainda que tenham uma boa perceção social do território, pois estão genericamente satisfeitos com o ambiente social local, as relações de vizinhança, o civismo da população e mesmo a segurança pública local.

Num contexto de crise, como o que estamos a atravessar, os níveis gerais de satisfação da população inquirida no Grande Porto deixam-se perplexos. Isabel Martins refere (2011: 203) “Para que se possam desenvolver políticas modernas que tragam respostas inovadoras para os problemas é, pois, necessário dispor de informação sobre a qualidade de vida das pessoas, não só as condições objetivas que podem ser observadas, mas também o que elas sentem no dia-a-dia, as suas preferências e aspirações”. Desta forma, esta investigação está a prosseguir em vários sentidos, aprofundando com um trabalho de entrevistas, de forma a perceber melhor o que sentem as pessoas, as suas preferências e sobretudo as suas aspirações. Os atuais níveis de satisfação podem estar relacionados com os baixos níveis de exigência individual e coletiva. Além disso, estamos a desenvolver a investigação noutros contextos sociais e territoriais.

Considerações finais

Maioritariamente os residentes da metrópole do Porto estão satisfeitos com a oferta local relativamente a um conjunto de amenidades urbanas diversificadas: mais de metade da população está satisfeita com a oferta da habitação local; as relações de vizinhança; o ambiente social local; a oferta de serviços de saúde; a oferta de comércio; a oferta de equipamentos de animação desportiva; a oferta de animação cultural e de lazer; a oferta de espaços verdes; a adequação do espaço público ao lazer e os serviços de transportes públicos. Isto equivale a equacionarmos e a respeitarmos as vivências e perceções da qualidade de vida, fundamentais para o planeamento de justiça social.

No entanto, em termos de práticas sociais existe um distanciamento relativamente a algumas dessas amenidades, pois há uma grande percentagem de população que não usufrui, nomeadamente, da oferta cultural (cinemas), dos equipamentos de animação desportiva, dos espaços verdes e da oferta de restauração e lazer, optando por ofertas mais massificadas como os centros comerciais. O que significa isto em termos de coesão ou justiça social? Isto significa que a oferta urbana não está a ser eficiente em matéria de justiça social, pois a oferta existe mas a procura está a ser condicionada. A investigação em curso está ainda, a avaliar se existem grupos sociais que estão a ser desfavorecidos ou discriminados (população idosa, população com menor escolaridade, população com menos rendimentos). Como referimos, a oferta de serviços mínimos não é suficientemente eficiente no aumento da justiça social, pois a inclusão social implica investimentos e *capabilities*, tendo em vista aumentar as possibilidades dos mais desfavorecidos.

	Satisfaz muito	Satisfaz	Não satisfaz	Não interessa
1. Habitação e Trabalho				
A oferta da habitação local	17	62	8	13
O conforto térmico da habitação onde reside	25	63	10	2
As oportunidades de trabalho local	5	36	52	9
As remunerações (salário) do seu trabalho	7	38	43	13
2. Condições Ambientais e Espaço Público				
Os espaços verdes existentes	24	57	16	4
Os níveis de limpeza pública	22	64	12	1
A recolha selectiva de resíduos	23	65	11	1
Os níveis de poluição local	19	64	15	2
Os espaços públicos existentes	24	62	12	2
O estado de conservação das ruas	15	65	19	2
A conservação dos edifícios	12	72	14	2
A adequação do espaço público ao lazer	16	64	17	3
3. Equipamentos, Comércio, Serviços e Transportes				
A oferta de serviços de saúde	20	61	18	2
A oferta de serviços de educação	23	66	7	5
A oferta de serviços de apoio social	15	62	19	5
A oferta de comércio	22	64	13	2
A oferta de equipamento de animação desportiva	15	54	18	13
A oferta de animação cultural e de lazer	15	54	18	13
A oferta de bibliotecas e museus	11	44	32	13
Os serviços de transportes públicos	22	53	18	7
As facilidades de deslocação automóvel	30	60	6	4
4. Cidadania e Governança				
A segurança pública local	17	66	16	2
O ambiente social local	16	76	6	2
A ideia que os outros têm do local onde reside	16	67	10	7
O civismo dos residentes locais	21	69	8	2
As relações de vizinhança	30	60	6	5
Acessibilidade aos centros de decisão local	16	69	9	6
A possibilidade de intervir na política local	5	48	26	21

Figura 6: Grau de satisfação dos residentes do Grande Porto (%) relativamente a um conjunto de domínios fundamentais para a qualidade de vida, 2013. Fonte: Projeto *Consumo, Lazer e Qualidade de Vida*, 2013, FLUP (em curso).

Em termos territoriais, como afirmamos, o Porto cidade polariza claramente a procura, condicionando uma vivência mais alargada da cidade, fruto da existência de um aparente sistema hierarquizado de oferta. No entanto, o diagnóstico demonstra que há bons níveis de satisfação com as amenidades existentes, não havendo aparentemente níveis de insatisfação relativamente a essa forte polarização. O que significa isto em termos de coesão ou justiça territorial? Isto pode significar que os graus de exigência em termos territoriais são baixos, que as populações em geral ou que alguns grupos em particular têm uma percepção territorial muito exígua.

Mais do que respostas a estas questões, podemos pensar em caminhos de entendimento alargados. Assim, podemos dizer com Luís Capucha que “a qualidade social não decorre da natureza das próprias coisas, antes só pode ser resultado da mobilização de poder e, em particular, das políticas públicas” (CAPUCHA, 2010, p. 31). Nesta linha, as políticas públicas ativas são as que são capazes de dar competências às pessoas e, conjuntamente, as que têm capacidade para facultar a sua inserção no mercado de trabalho, nos serviços e cuidados de saúde, nos sistemas de educação e formação, no mercado de habitação, nos sistemas de proteção e segurança, em famílias, em comunidades arreigadas... (GUERRA, 2002b). A aplicação destes princípios leva à necessária combinação de políticas universais com políticas de diferenciação numa complementaridade e interface colaborativo. Ora, o que aparece muitas vezes deficitário nestes contextos de análise é sobretudo o referido interface colaborativo, mostrando-nos que a ‘satisfação’ pode não ser mais do que a face visível do conformismo e da resignação.

Esta operacionalização tem tido eco recente na iniciativa Cidade para tod@s (SUGRANYES e MATHIVET, 2010) que defende que uma cidade para todos concede a palavra a todos os atores que lutam pelo direito a essa cidade, apropriando-se dele como proposta de mudança; há quem defina tamanho objetivo de quimera ou ilusão, neste projeto chamam-lhe *utopia indispensável para outro mundo possível*. Assim sendo, uma política pública tendo como horizonte a felicidade deve ser avaliada em termos de eficiência em proporcionar aos indivíduos e às suas famílias capacidades para concretizar atos valiosos para si e para o seu coletivo, integrando a suas ações individuais, as condições territoriais e a avaliação que concretizam dos seus próprios atos (SUGRANYES e MATHIVET, 2010).

Referências Bibliográficas

BRAWLEY, Lisa. The practice of spatial justice in crisis. *Justice Spatial, Spatial Justice*, n. 1, p. 8-27, 2009.

BRET, Bernard. Rawlsian universalism confronted with the diversity of reality. *Justice Spatial, Social Justice*, n. 1, p. 39-48, 2009.

CAPUCHA, Luís, Inovação e justiça social. Políticas ativas para a inclusão educativa. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 63, p. 25-50.

GEDDES, Mike. Tackling Social Exclusion in the European Union? The limits to the new orthodoxy of local partnership. *International Journal of Urban and Regional Research*, Volume 2, Issue 4, p. 782–800, 2000.

GUERRA, Isabel; PINTO, Teresa Costa; MARTINS, Marta; ALMEIDA, Sara; GONÇALVES, Alda. *À tona de água: retratos de um Portugal em Mudança*. Lisboa: Tinta-da-china /Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

GUERRA, Paula. *A cidade na encruzilhada do urbano*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. Documento Policopiado, 2002b.

GUERRA, Paula. O Bairro do Cerco do Porto: cenário de pertenças, de afetividades e de simbologias. *Sociologia - Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 12, p.65-144, 2002a.

GUERRA, Paula. A cidade inclusiva. In: FIGUEIREDO, António; PENABAD, Jose; ÁLVAREZ, Enrique. (Coords.). *Retos de la Acción de Gobierno para las Ciudades del siglo XXI/Desafios da governação das cidades do século XXI*. Porto/Vigo: Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular, 2012b, p. 351-383.

GUERRA, Paula. Da exclusão social à inclusão social: eixos de uma mudança paradigmática. *Revista Angolana de Sociologia*, 2012a, n.º 10, p. 91-110.

MARQUES, Teresa. *Portugal na transição do século. Retratos e dinâmicas territoriais*. Porto: Edições Afrontamento, 2004.

MARTINS, Isabel. *Os territórios da qualidade de vida no Porto: Uma avaliação das disparidades intra-urbanas*. Porto: FLUP, 2011.

SOJA, Edward. *Seeking spatial justice*. Minneapolis, 2009.

SOJA, Edward. The City and Spatial Justice. *Justice Spatial, Social Justice*, n. 1, p. 31-39, 2009.

SUGRANYES, Ana; MATHIVET, Charlotte (Eds.). *Cidades para tod@s. Propostas e experiências pelo direito à cidade*. Santiago do Chile: Habitat International Coalition, 2010.